

REFLEXÕES SOBRE BULLYING NA REALIDADE BRASILEIRA UTILIZANDO A TÉCNICA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

REFLEXIONS ABOUT BULLYING IN BRAZILIAN REALITY USING ANALYSIS CONTENT TECHNIQUE: LITERATURE REVIEW.

Ana Elizabeth Gondim Gomes
Luciana Krauss Rezende

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Sobre os autores

Ana Elizabeth Gondim Gomes
Graduada em Educação Física pela Faculdade Integrada do Ceará, Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: elizabeth.gondim@yahoo.com.br

Luciana Krauss Rezende
Graduada em Fisioterapia pela UNAERP, Pós-Graduada em Fisioterapia Cardio-respiratória pela UNAERP, Mestre em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca, Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Distúrbios de Desenvolvimento, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Presbiteriana Mackenzie e Docente do Centro Universitário de Itajubá.
E-mail: lukrare@uol.com.br

RESUMO

Bullying é conceituado como um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, como chutar, empurrar, apelidar, discriminar e excluir que ocorrem entre colegas sem motivação evidente, e repetidas vezes, sendo que um grupo de alunos ou um aluno com mais força, vitimiza outro que não consegue encontrar um modo eficiente para se defender. O objetivo desse estudo é identificar e selecionar os principais artigos científicos disponibilizados em base de dados científica (SciELO) referentes ao *bullying* e analisar criticamente essa produção tendo como base a técnica de análise de conteúdo de Bardin em sua modalidade temática. Como critério de inclusão dos artigos, delimitou-se o período de 2006 a agosto de 2011. Foram selecionados 10 artigos relativos ao *bullying*. Os resultados encontrados indicam que as formas de intimidação mais frequentes foram a verbal, física, emocional, racial e sexual. Houve associação do *bullying* com o sexo masculino, hiperatividade e com problemas de relacionamento com os colegas. Conclui-se que há urgente necessidade de ações intersetoriais a partir de políticas e práticas educativas que efetivem redução e prevenção da ocorrência do *bullying* nas escolas, minimizando possíveis complicações sociais e de aprendizagem.

Palavras-chave: Bullying; Escola inclusiva; Violência escolar.

ABSTRACT

Bullying is conceptualized as a set of aggressive behavior, physical or psychological, such as kicking, pushing, dub, discriminating and excluding that occur between peers without evident reason, and repeatedly, with a group of students or a student with more power, victimization another who can not find an efficient way to defend themselves. The objective is to identify and select the main papers on the basis of available scientific data (SciELO) relating to bullying and to investigate critically the relationship of bullying to the present day in our population and analyzes it using the thematic analyses technicians. The selection of scientific articles and other theoretical frameworks was based on the technique of content analysis of Bardin (2002) in their thematic modality. For inclusion of items for the current study is delimited period from 2006 to 2011. We selected 10 articles dealing with bullying. The results were: aggressive behavior among students is a universal problem and can have immediate negative consequences,

too late and that makes necessary the adoption of continued preventive programs in preschools, elementary and higher. Bullying is most often verbal, physical, emotional, racial and sexual. Bullying remained associated with males, hyperactivity and problems with peer relationships. We conclude that there is an urgent need for intersectoral action from educational policies and practices to give effect reduction and prevention of the occurrence of bullying in schools minimize possible disturbances of development.

Keywords: Bullying; School inclusive school violence.

1-INTRODUÇÃO

A preocupação com a violência no ambiente escolar, segundo Sposito (2001), emergiu nos estudos acadêmicos brasileiros a partir da década de 1980, ou seja, parece que a preocupação com uma educação contra a violência é ainda muito recente no Brasil - apenas 26 anos. Mas, de fato, a história da educação no Brasil, comparada com o Velho Mundo, é recente. Segundo Sposito (2001), o estudo da violência escolar parte da análise das depredações e danos aos prédios escolares e chega ao final da década de 1990 e início dos anos 2000 com o estudo das relações interpessoais agressivas, envolvendo alunos, professores e outros agentes da comunidade escolar.

De acordo com Abramovay e Rua (2003), a violência escolar é um fenômeno antigo em todo o mundo e configura um grave problema social, podendo ocorrer, conforme já classificado pela ciência e adotado pelo senso comum, como indisciplina, delinquência, problemas de relação professor-aluno ou mesmo aluno-aluno, entre outros. Segundo Martins (2005), vários são os conceitos existentes que envolvem a violência na escola, além dos citados, tais como conduta anti-social, distúrbio de conduta e *bullying*, conceitos estes decorrentes de estudos realizados em diversas partes do mundo, revelando-se uma das grandes preocupações das sociedades industrializadas. (ANTUNES; ZUIN, 2008).

Para o mesmo autor, esse tipo de violência, que tem sido objeto de investigação em alguns estudos nacionais e divulgados cotidianamente pela mídia, é conceituado como um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, como chutar, empurrar, apelidar, discriminar e excluir (LOPES NETO, 2005; SMITH, 2002), que ocorrem entre colegas sem motivação evidente, e repetidas vezes, sendo que um grupo de alunos ou um aluno com mais força, vitimiza outro que não consegue encontrar um modo eficiente para se defender (LOPES NETO, 2005; MARTINS, 2005; RIGBY, 2002; SMITH, 2002). Tais comportamentos são usualmente voltados para grupos com características físicas, socioeconômicas, de etnia e orientação sexual, específicas (SMITH, 2002).

Alguns estudos apontam que ciganos, artistas de circo, estrangeiros e outros grupos nômades (LLOYD; STEAD, 1998, 2001), além dos alunos obesos (GRIFFITH et al., 2005; SJÖBERG et al., 2005) e acima do peso (JANSSEN et al., 2004), os de baixa estatura (STEIN et al., 2004) e os homossexuais e filhos de homossexuais (CLARKE et al., 2004; HOLMES; CAHILL, 2003; RAY; GREGORY, 2001), são, estatisticamente, mais alvos de seus colegas do que crianças e jovens considerados normais.

O preconceito e a discriminação dos indivíduos diferentes, fundamentalmente os portadores de deformidades físicas e mentais, podem ser observados no decorrer de toda história da humanidade (BERNARDI, 2004).

Segundo Moussatché (1997), nas sociedades primitivas os deficientes eram condenados à morte. Na Europa medieval, ora eram considerados enviados do divino, ora como obras do demônio. Já no fim da Idade Média os deficientes foram livrados do assassinato, mas se tornaram culpados pela própria deficiência. Pessoti (1984) lembra que no período anterior a era cristã os deficientes eram considerados como “coisas” e não como pessoas, sendo negligenciados, maltratados e até eliminados. (TESSARO et al., 2005).

Para o mesmo autor, no final do século XVIII, conforme discute Amiralian (1986), surgiram atitudes mais humanitárias, que, por meio de estudos e pesquisas, buscavam compreender as especificidades do indivíduo portador de necessidades especiais. Ainda nesse período, iniciou-se uma defesa pelo direito à educação dos desprezados e excluídos pela família e sociedade; com isso, a educação especial, visando à escolarização de crianças anormais, desponta nesse contexto.

De acordo com Karagiannis, Stainback e Stainback (1999a), durante o século XIX e grande parte do século XX, a educação especial para alunos com deficiência ocupou lugar de destaque, observando-se uma tendência muito grande à segregação para o controle dos deficientes, consideradas pessoas “indesejáveis”. Já nas últimas décadas do século XX, em função das modificações nas concepções envolvendo a deficiência e a educação especial, foi surgindo uma nova forma de entender a problemática dos deficientes na perspectiva pseudoeducativa. Assim, por volta das décadas de 80 e 90 do século passado, a educação inclusiva, em busca de um único sistema educacional para todas as pessoas, ganha repercussão (TESSARO et al., 2005).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas menciona a participação como parâmetro para a formulação de políticas e ações direcionadas a essa população, definindo as pessoas com deficiência como “aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual

ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (Organização das Nações Unidas [ONU], 2006, artigo 1º). Deficiência não é apenas o que o olhar médico descreve, mas principalmente a restrição à participação plena provocada pelas barreiras sociais (DINIZ et al., 2009).

Para Diniz e colaboradores (2009), são as barreiras sociais que, ao ignorar os corpos com impedimentos, provocam a experiência da desigualdade. A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas resultado de sociedades não inclusivas.

Isso significa que os impedimentos corporais somente ganham significado quando convertidos em experiências pela interação social. Nem todo corpo com impedimentos vivencia a discriminação, a opressão ou a desigualdade pela deficiência, pois há uma relação de dependência entre o corpo com impedimentos e o grau de acessibilidade de uma sociedade (DINIZ, 2007, p. 23). Quanto maiores forem às barreiras sociais, maiores serão as restrições de participação impostas aos indivíduos com deficiência (DINIZ et al., 2009).

Quando abordamos a violência contra crianças e adolescentes e a vinculamos aos ambientes onde ela ocorre, a escola surge como um espaço ainda pouco explorado, principalmente com relação ao comportamento agressivo existente entre os próprios estudantes. A violência nas escolas é um problema social grave e complexo e, provavelmente, o tipo mais frequente e visível da violência juvenil (ARAMIS, 2005).

Segundo Fonseca (1995), só se pode falar de integração quando há uma efetiva interação entre deficientes e não deficientes. Os programas de ensino especial devem estar compatibilizados com os do ensino regular; faz-se necessário o convívio social entre os alunos, professores e demais profissionais da escola; e a participação da família é importante nesse processo. A integração é um processo complexo

que envolve a adaptação de todas as partes: população geral, profissionais, familiares e a própria pessoa a ser integrada (TESSARO et al., 2005).

Uma pesquisa desenvolvida por Hemmingson e Borell (2001), com escolas que tinham alunos com deficiência física estudando em classes comuns, mostrou a falta de estrutura das mesmas para atender esse tipo de aluno. Os resultados revelaram barreiras físicas ao acesso às dependências das escolas, representadas pela falta de rampas, elevadores e portas com trinco automático. Também apontaram que muitos alunos tinham sua participação nas atividades escolares restringida; eram excluídos de algumas atividades manuais, de esporte ou atividades ao ar livre (TESSARO et al., 2005).

Tessaro e colaboradores (2005) ao relatarem uma pesquisa desenvolvida por Batista (2001), que envolveu alunos de 1ª série do ensino fundamental que tinham alunos com deficiência mental incluídos em sua sala, também revelou que o aluno não deficiente tem dificuldades em aceitar e conviver com os alunos deficientes. Os resultados desse estudo revelaram que os alunos deficientes são aceitos com menos frequência.

A escola é de grande significância para as crianças e adolescentes, e os que não gostam dela têm maior probabilidade de apresentar desempenhos insatisfatórios, comprometimentos físicos e emocionais à sua saúde ou sentimentos de insatisfação com a vida. Os relacionamentos interpessoais positivos e o desenvolvimento acadêmico estabelecem uma relação direta, onde os estudantes que perceberem esse apoio terão maiores possibilidades de alcançar um melhor nível de aprendizado. Portanto, a aceitação pelos companheiros é fundamental para o desenvolvimento da saúde de crianças e adolescentes, aprimorando suas habilidades sociais e fortalecendo a capacidade de reação diante de situações de tensão (ARAMIS, 2005).

Martins (2005) identifica o *bullying* em três grandes tipos. Segundo a autora, baseando-se no estudo teórico de produções na área, o que

se chama de *bullying* é dividido da seguinte maneira: diretos e físicos, que inclui agressões físicas, roubar ou estragar objetos dos colegas, extorsão de dinheiro, forçar comportamentos sexuais, obrigar a realização de atividades servis, ou a ameaça desses itens; diretos e verbais, que incluem insultar, apelidar, tirar sarro, fazer comentários racistas ou que digam respeito a qualquer diferença no outro; e indiretos que incluem a exclusão sistemática de uma pessoa, realização de fofocas e boatos, ameaçar de exclusão do grupo com o objetivo de obter algum favorecimento, ou, de forma geral, manipular a vida social do colega.

Para Aramis (2005), de fato, a violência conceituada como *bullying* é observada nas escolas - e em outros ambientes como no trabalho, na casa da família, nas forças armadas, prisões, condomínios residenciais, clubes e asilos como apontam Fante (2005) e Smith (2002). Porém, antes de prontamente aceitar esta definição e classificação, é necessário refletir a respeito da medida em que elas possibilitariam a compreensão do cerne da violência. Apesar da divulgação ampla de tal conceito e de ter adentrado com todas as forças nas discussões sobre violência escolar no Brasil, nota-se a dificuldade de encontrar algum estudo que se proponha a investigar criticamente o *bullying* na realidade brasileira. Assim, iniciar uma reflexão nesse sentido é a proposta desse artigo.

Objetivos

Identificar e selecionar os principais artigos científicos disponibilizados em base de dados científica (SciELO) relacionados ao *bullying* e investigar criticamente essa prática nos dias de hoje em nossa população.

2- MÉTODO

O delineamento da presente pesquisa envolveu pesquisa teórica, através de leitura de artigos científicos disponíveis em base de dados científica - SciELO, e análise de alguns

referenciais bibliográficos, documentos normativos e legislações referentes ao assunto. Dessa forma, pretendeu-se identificar e selecionar os principais artigos científicos disponibilizados em base de dados científica relacionados ao *bullying*.

A seleção dos artigos científicos e demais referenciais teóricos teve como base a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2002) em sua modalidade temática. Dentre as várias técnicas que contemplam a análise de conteúdo, a análise categorial foi empregada sendo incluídas como categorias: educação inclusiva e violência escolar relativas ao *bullying*.

Nesse sentido, a busca de artigos científicos na base de dados Scielo foi realizada com a descrição da palavra *bullying*, em todos os índices, encontrando assim 54 artigos científicos relativos ao assunto.

Como critério de inclusão do artigo para a presente pesquisa, delimitou-se o período de 2006 a 2011. Decidiu-se que o artigo lido e analisado seria aquele que retratasse o *bullying* na realidade brasileira e que no título do artigo houvesse a palavra *bullying*, para garantir aderência ao tema proposto.

Dessa forma, foram selecionados 10 artigos relativos ao *bullying* que estão abaixo discriminados:

1. Prevalência e características de escolares vítimas de *bullying* (MOURA; CRUZ; QUEVEDO, 2011);
2. *Bullying*: comportamento agressivo entre estudantes (LOPES NETO, 2005);
3. Do *bullying* ao preconceito: os desafios da barbárie à educação (ANTUNES; ZUIN, 2008);
4. *Bullying* nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009 (MALTA, 2009);
5. Comportamentos de *bullying* e conflito com a lei (ZAINE; REIS, PADOVANI, 2010);

6. *Bullying*: mais uma epidemia invisível? (PALÁCIOS; REGO, 2006);
7. As implicações do *bullying* na auto-estima de adolescentes (BANDEIRA; HUTZ, 2010);
8. Um estudo sobre *bullying* entre escolares do ensino fundamental (FRANCISCO; LIBÉIOS, 2009);
9. Concepções sobre assédio moral: *bullying* e trote em uma escola médica (VILAÇA; PALÁCIOS, 2010);
10. Desvendando o fenômeno *bullying* nas escolas públicas de Porto Alegre, RS, Brasil (GROSSI; SANTOS, 2009).

3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisadoras desenvolveram essa pesquisa com o objetivo de identificar e selecionar os principais artigos científicos disponibilizados em base de dados científica relacionados ao *bullying* e investigar criticamente essa prática nos dias de hoje em nossa população. Por conta disso, fez-se necessária a exposição dos resultados e discussões da seguinte forma: apresentando o objetivo do artigo estudado e suas contribuições para os interessados na área.

Para isso, dividiram-se os resultados em dois tópicos: Educação inclusiva e Violência escolar, pois se notou que essas eram as principais abordagens nos documentos analisados.

Educação inclusiva

Um programa de educação inclusiva e a reconstituição da capacidade de experienciar as diversas relações sociais vividas, são maneiras adequadas de se combater o *bullying* e o preconceito, alertando os profissionais que lidam com o desenvolvimento da criança sobre

a alta prevalência da prática de *bullying* entre estudantes, tornando-os conscientes da importância de sua atuação na prevenção, diagnóstico e tratamento e para os possíveis danos à saúde e ao desenvolvimento, através de acesso a bancos de dados bibliográficos e páginas relevantes da internet (LOPES NETO, 2005).

É importante considerar que o comportamento agressivo entre os estudantes é um problema que ocorre em muitas culturas e se faz necessária a adoção de programas preventivos continuados em escolas de educação infantil e fundamental como sendo uma medida para a prevenção do consumo de álcool e drogas e diminuição da violência social (LOPES NETO, 2005).

O problema de *bullying* é evidente em muitas culturas e que se julga, sim, necessária a intervenção de profissionais especializados para instruir os responsáveis por ambientes que possa vir a desenvolver essa prática que pode resultar em traumas carregados para sempre na vida dessas pessoas (LOPES NETO, 2005).

Buscando identificar e descrever a ocorrência do *bullying*, episódios de humilhação ou provocação pelos colegas de escola, entre estudantes de escola pública e privada de 26 capitais, com 60.973 escolares de 1.453 escolas, dados interessantes foram apresentados por esse estudo, tais como: foram apontados que 5,4% dos estudantes sofreram *bullying* quase sempre ou nos últimos 30 dias, 25,4% foram raramente ou às vezes vítimas de *bullying* e que 69,2% não sentiram nenhuma humilhação ou provocação, e que os meninos relataram mais *bullying* que as meninas, não havendo diferença entre escolas públicas ou privadas (MALTA et al., 2009).

Outro estudo vem sendo desenvolvido desde julho de 2007 em quatro escolas públicas da cidade de Porto Alegre – RS, totalizando 192 alunos participantes. Através de questionário e grupos focais, observou-se que mais de 70% dos alunos percebem a existência de preconceitos no ambiente escolar e quase 40% consideram regular/ruim/péssimo as relações na escola,

refletindo o mal-estar do estudante em relação à escola. Essa dinâmica vem levando cada vez mais jovens ao isolamento e a exclusão (GROSSI; SANTOS, 2009).

Assim, os resultados permitiram caracterizar as dimensões do *bullying* na realidade estudada, bem como constatar sua presença no ambiente escolar, o que requer mais atenção dos profissionais da educação para o enfrentamento do fenômeno.

Violência escolar

Observamos em um estudo sobre a prevalência de vítimas de *bullying*, as suas características e os sintomas associados nas áreas da emoção, da hiperatividade e do relacionamento, que foram avaliados transtornos de leitura, escrita e aritmética em 1.075 alunos, através de questionários e apontou como resultados: a prevalência do *bullying* é de 17,6%, a intimidação mais frequente é a verbal, física, emocional, racial e sexual e o *bullying* se manteve associado com o sexo masculino, hiperatividade e com problemas de relacionamento com os colegas (MOURA; CRUZ; QUEVEDO, 2011).

Se levarmos em consideração o resultado apontado acima e o resultado do artigo discutido no tópico de educação inclusiva, poderemos encontrar em dois referenciais estudados que, com 60.973 alunos e com 1.075, concluiu-se que os meninos sofrem mais de *bullying* que as meninas (MOURA; CRUZ; QUEVEDO, 2011; MALTA et al., 2009).

Investigou-se comportamentos de *bullying* em 16 adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei, que cumpriam medidas socioeducativas em regime de semiliberdade ou liberdade assistida, quando os dados foram coletados individualmente através de um questionário adaptado de conflitos na escolas (ZAINÉ; REIS; PADOVANI, 2010).

Os resultados dessa pesquisa apontaram que todos os participantes, ao menos uma vez no último ano, foram vítimas ou autores de *bullying* e a incidência é maior de autoria de *bullying* que intimidação por colegas, e esta não se restringia somente aos colegas, mas generalizava-se a adultos. Assim, os autores concluíram que existe a necessidade de investigação sobre a relação entre os comportamentos de *bullying* e os indivíduos infratores (ZAINÉ; REIS; PADOVANI, 2010).

O relatório de uma pesquisa multicêntrica internacional, realizada sob os auspícios da Organização Internacional do Trabalho, sobre a violência nos ambientes de trabalho no setor saúde, foi realizado em países com diferentes graus de desenvolvimento socioeconômico: Brasil, África do Sul, Bulgária, Tailândia, Líbano, Portugal e Austrália. A ideia era quantificar e qualificar o fenômeno da violência nesses ambientes (PALÁCIOS; REGO, 2006).

No Brasil, o estudo foi realizado na cidade do Rio de Janeiro e dentre as grandes surpresas evidenciadas pelos estudos, encontra-se a violência perpetrada contra profissionais de saúde por profissionais de saúde. Embora a violência física também tenha sido observada, foi a violência moral, denominada assédio moral, a que mais chamou a atenção da equipe. Ela "refere-se a um comportamento ofensivo, humilhante, que desqualifica ou desmoraliza, repetido e em excesso, através de ataques vingativos, cruéis e maliciosos que objetivam rebaixar um indivíduo ou grupo de trabalhadoras/es" (PALÁCIOS; REGO, 2006).

Investigaram-se possíveis diferenças na autoestima de adolescentes envolvidos em *bullying*, enquanto agressores, vítimas, vítimas/agressores ou testemunhas, por sexo. Participaram 465 adolescentes, sendo 52,7% do sexo masculino (BANDEIRA; HUTZ, 2010).

Os resultados apontaram para uma interação entre sexo e papéis de *bullying* em relação à autoestima. Testes *Post-hoc* demonstraram que, no grupo de

vítimas/agressores, os meninos apresentaram média superior de autoestima em relação às meninas. Verificou-se que, em relação aos meninos, o grupo de testemunhas apresentou maior média de autoestima que o grupo de vítimas. Em relação às meninas, o grupo de agressoras apresentou média mais alta que o grupo de vítimas/agressoras (BANDEIRA; HUTZ, 2010).

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande ênfase que tem sido dada ao *bullying* deve-se ao fato do desenvolvimento de artigos científicos, no entanto, observamos em nossa pesquisa de revisão bibliográfica um pequeno número de artigos sobre o tema.

Com relação ao *bullying* na realidade brasileira, pôde-se encontrar 10 artigos científicos na base de dados, após uma crítica análise do que se tem produzido e publicado. Observou-se que dos 54 artigos encontrados no início da busca, alguns estavam relacionados com o assunto, que não diziam respeito especificamente ao *bullying*, outros retratavam a realidade de outros países, tais como Espanha, Colômbia, Chile, outros eram publicados em língua inglesa e espanhola.

Optou-se por ler e analisar criticamente todos os artigos publicados que diziam respeito ao *bullying* na realidade brasileira e escritos em língua portuguesa, resultando assim em uma amostra de 10 artigos, posteriormente lidos e analisados.

Um dos pontos relevantes e que merece destaque é que o *bullying* apresenta diferentes implicações na autoestima de meninas e meninos envolvidos em diferentes papéis e que a intimidação mais frequente é a verbal-moral (assédio moral), seguida da física e emocional. O *bullying* está mais associado ao sexo masculino e apresenta-se muito relacionado com a hiperatividade e as dificuldades de relacionamento.

Outro ponto relevante é apontar a urgente necessidade de ações intersetoriais a partir de políticas e práticas educativas que efetivem redução e prevenção da ocorrência do *bullying* nas escolas, evitando prejuízos futuros, tais como consumo de álcool, drogas e violência social.

É necessário um amplo debate sobre a violência no ambiente escolar e para que se construa um ambiente de respeito e cooperação, adequado ao desenvolvimento de pessoas, a violência precisa ser combatida. Nesse sentido, os professores, pais e responsáveis, assim como os profissionais da área da saúde, devem ser alvos de uma maior instrução relativa ao assunto.

Pode-se afirmar que a educação inclusiva é algo que vem se efetivando e buscando superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas escolas**: Versão resumida. Brasília, DF: Unesco, 2003.

AMIRALIAN, M. L. T. M. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. A. S. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia e Sociedade*, v. 20, n. 1 Porto Alegre, 2008.

LOPES, N. Bullying: Comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, v. 81, n. 5, Rio de Janeiro. 2005.

BANDEIRA, C. M.; HUTZ, C. S. As implicações do bullying na auto-estima de adolescentes. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 14, n. 1, Rio de Janeiro, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BATISTA, M. W. **Inclusão escolar e deficiência mental**: a análise da interação social entre companheiros. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Espírito Santo - ES, 2001.

BERNARDI, E. S. **Inclusão escolar**: opinião de pais de crianças sem necessidades educacionais especiais. Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas - SP, 2004.

CLARKE, V.; KITZINGER, C.; POTTER, J. Kids are just cruel anyway: Lesbian and gay parents talk about homophobic bullying. *British Journal of Social Psychology*, v. 43, 531-550, 2004.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007 – Coleção Primeiros Passos.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur, Revista Internacional de direitos humanos*. v. 6 n.11, São Paulo, 2009.

FANTE, C. **Fenômeno bullying**: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz – 2ª ed. - Campinas, SP: Versus, 2005.

FRANCISCO, M. V.; LIBORIO, R. M. C. Um estudo sobre bullying entre escolares do ensino fundamental. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, v.22, n.2, p. 200-207, 2009.

GRIFFTHIS, L. J.; WOLKE, D.; PAGE, A. S.; HORWOOD, J. P.; ALSPAC STUDY TEAM. Obesity and bullying: different effects for boys and girls. In: *Archives of Disease in Childhood*, n. 91, p. 121-125, 2005.

GROSSI, P. K.; SANTOS, A. Desvendando o fenômeno bullying nas escolas públicas de Porto Alegre, RS. *Revista Portuguesa e Educação*, v.22, n. 2, 2009.

HEMMINGSON, H.; BORELL, L. Environmental barriers in mainstream schools. *Child Care Health Development*, v. 28, n. 1, 2002.

HOLMES, S. E.; CAKILL, S. School experiences of gay, lesbian, bisexual and

118

- transgender youth. **Journal of Gay & Lesbian Issues in Education**, v. 1, n. 3, 2003.
- JANSSEN, I., CRAIG, W. M.; BOYCE, W. F.; PICKET, W. Associations between overweight and obesity with bullying behaviors in school-aged children. **Pediatrics**, v. 113, n. 5, 2004.
- KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Visão geral histórica da inclusão. Em STAINBACK, S.; STAINBACK, W. (Orgs.), **Inclusão: um guia para educadores** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- LLOYD, G., STEAD, J. From difference to deviance: The exclusion of gypsy-traveller children from school in Scotland. **International Journal of Inclusive Education**, v. 2, n. 4, 1998.
- LLOYD, G., STEAD, J. The boys and girls not calling me names and the teachers to believe me: Name calling and the experiences of travelers in school. **Children & Society**, v. 15, n. 5, 2001.
- MALTA, D. C. et al. Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência e Saúde coletiva**, v.15, n.2 Rio de Janeiro, 2010.
- MARTINS, M. J. D. O problema da violência escolar: Uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 18, n. 1, 2005.
- MOURA, D. R.; CRUZ, A. N.; QUEVEDO, L. A. Prevalência e características de escolares vítimas de bullying. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro; v. 87, n. 1, 2011.
- MOUSSATCHÉ, A. H. Diversidade e processo de integração. Em M. T. E. Montoan (Org.), **A integração de pessoas com deficiência**, São Paulo: Memnon, SENAC, 1997.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006
- PALÁCIOS, M.; REGO, S. Bullying: mais uma epidemia invisível? **Revista brasileira de educação médica**, v.30 n.1, Rio de Janeiro, 2006.
- PESSOTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- RAY, V., GREGORY, R. **School experiences of the children of lesbian and gay parents**. Family matters - Australian Institute of Family Studies, 2006.
- RIGBY, K. **A meta-evaluation of methods and approaches to reducing bullying in pre-schools and early primary school in Australia**. Canberra, Austrália: Attorney-General's Department, 2006.
- SJOBERG, R. L.; NILSSON, K. W.; LEPPERT, J. Obesity, shame and depression in school-aged children: A population-based study. **Pediatrics**, v. 116, n. 3, 2006.
- SMITH, P. K. Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la. In E. Debarbieux & C. Blaya (Eds.), **Violência nas escolas e políticas públicas** (pp. 187-205). Brasília, DF: Unesco, 2002.
- SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e pesquisa**, v. 27, n. 1, 2001.
- STEIN, M. T.; FRASIER, S. D.; STABLER, B. Parent requests growth hormone for child with idiopathic short stature. **Pediatrics**, v. 114, n. 5, 2004.
- TESSARO, N. S.; WARICODA, A. S. R.; BOLONHEIS, R. C. M.; ROSA, A. P. B. Inclusão Escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Psicologia Escolar e Educação**, v. 9, n. 1. Campinas - 2005.
- VILLAÇA, F. M.; PALÁCIOS, M. Concepções sobre Assédio Moral: Bullying e Trote em uma Escola Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 34, n. 4, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2010.
- ZAINE, I.; REIS, M. J. D. ; PADOVANI, R. C. Comportamentos de bullying e conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, Campinas v. 27, n. 3, 2010.